

“A chama que nunca se apaga”, assim definia um ex-elemento dos corpos sociais do Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia (SINPROFARM) os técnicos da classe. Numa luta titânica, esta plataforma sindical tem pelejado pela observância dos Direitos de uma classe que, durante anos a fio, se via coartada do reconhecimento institucional, apesar do reconhecimento do público já estar efetivado. Assim, 100 anos ao serviço da classe são o corolário da proficiência, dedicação e empenho do SINPROFARM numa luta para que a chama nunca se apague; antes, que se mantenha acesa, a iluminar os anos vindouros.

Em 1974, fruto da resiliência dos heróis da Revolução dos Cravos, o Estado Novo era deposto, e a esperança reerguia-se. Estava, então, implementada a Democracia em Portugal. Na decorrência deste regime, muitas foram as epopeias que, com regozijo, o povo português celebrou como um hino à resiliência, entre elas, a consagração dos Direitos Fundamentais na Constituição da República Portuguesa. Embora a génese do Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia (SINPROFARM) remonte, historicamente, a uma época anterior, designadamente, a 1913. Foi desde o 25 de abril que, vendo reconhecido o seu Direito de Associação, os seus associados se puderam reunir sem receio das famigeradas perseguições e opressões que, até então, os vitimavam.

Inicialmente sob a égide da denominação Sindicato dos Empregados de Farmácia do Norte de Portugal, a posteriori como Associação de Classe dos Empregados de Farmácia do Norte de Portugal, e, mais tarde, como Sindicato Nacional dos Ajudantes de Farmácia do Distrito do Porto, cuja área de jurisdição se estendia aos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Coimbra, Guarda, Porto, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu. Com este legado, em 1975, a unidade sindical assume, finalmente, a designação que sustenta até à atualidade: Sindicato Nacional dos Profissionais de Farmácia, alargando o seu âmbito geográfico a todo o território português. Em entrevista ao ‘Qualidade&Inovação’, os atuais corpos sociais do SINPROFARM tecem um balanço da sua ação nestes 100 anos em

SINPROFARM: 100 anos em prol dos profissionais de farmácia

Equipa de direção do SINPROFARM



que, arduamente, encetaram guerras e batalhas pela afirmação desta classe. Por entre estes anos, onde, à semelhança dos heróis portugueses, imbuídos de determinação e resiliência, desbravaram geografias inóspitas, «rumo a mares nunca antes navegados», o SINPROFARM alcançou conquistas que enchem de orgulho os atuais dirigentes, tal como revela Casimiro Machado, presidente da Assembleia Geral, “sempre colocámos na liderança a profissão que exercemos e o público que servimos e que, de certa forma, depende de nós. Nestas lutas nunca esquecemos que há uma parte considerável da população que depende, impreterivelmente, de nós, nomeadamente pela distribuição medicamentosa que nos compete fazer. Somos o garante para grande parte desta franja da sociedade. Somos a pedra angular da farmácia, e, sem nós, ela não funciona”.

Votada a uma função eminentemente social, de enorme responsabilidade, prima esta classe por uma postura de verticalidade ética que, dignificando a farmácia e a saúde pública, se dignifica a si própria. Pugna pela defesa desta filosofia, o SINPROFARM herdou “o carinho dos colegas de profissão. É com muito orgulho que vemos que os nossos associados reconhecem que estamos aqui para servi-los.

Temo-nos esforçado para levar o vento ao moinho e tudo fazemos para que a direção se mantenha coesa e a harmonia perdure. Todos os corpos sociais do SINPROFARM estão, indubitavelmente, de parabéns”, continua o presidente da Assembleia Geral.

Assim, por entre os marcos enraizados no ADN deste Sindicato destaca-se, por exemplo, o triunfo, em 1980, dos trabalhadores de farmácia, ao ver publicada, no Boletim de Trabalho e Emprego, a Portaria de Regulamentação de Trabalho para todos os trabalhadores de farmácia do país que, para além da definição de funções de categorias profissionais, institui o subsídio de refeição e as diuturnidades por permanência na categoria. No ano seguinte, em 1981, os até então ajudantes de farmácia empenham-se impelindo as entidades competentes (Associação Nacional das Farmácias - ANF) a proceder à revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT). Em causa estaria a existência de profundas divergências, dificilmente ultrapassáveis em negociações diretas. Assim, tendo em conta que a ANF nada avançou em relação ao contrato, procurando apenas retirar algumas das regalias importantes constantes do CCT de 1976, a direção do Sindicato ficou com poderes para

decretar formas de luta, por decisão unânime da Assembleia Geral, tendo-se acordado com os restantes Sindicatos marcar greve para os dias 16 de setembro, 27 e 28 de outubro de 1981.

Cédula Profissional:

Uma vitória há muito ansiada

Para “conseguir levar o barco a bom porto”, tal como revela Mário Silva, vice-presidente do SINPROFARM, “muitas lutas tivemos de encetar”, desde logo, “pelo estatuto de técnicos de farmácia, pelo qual lutávamos há muito tempo. Até então, éramos considerados subalternos e só com a publicação do Decreto-Lei n.º 320/99 de 11 de agosto é que esse reconhecimento se efetivou. Foi uma das nossas maiores vitórias enquanto profissionais”. Até à publicação do diploma, “apenas éramos reconhecidos pelo público, mas, oficialmente, esse reconhecimento ainda não estava institucionalizado”, acrescenta Cláudia Susana, coordenadora geral, às palavras do colega. Assim, este D-L veio definir os princípios gerais em matéria do exercício das profissões de diagnóstico e terapêutica, nas quais inclui a de Técnico de Farmácia. O escopo principal deste Decreto reside em regulamentar o exercício